LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A CONFIGURAÇÃO DO RECONHECIMENTO EM REDES SOCIOTÉCNICAS[1]

LIMITS AND POSSIBILITIES FOR THE FORMATION OF RECOGNITION IN SOCIO-TECHNICAL NETWORKS

Angela Pìntor dos Reis[2]

Resumo: Este estudo discute as razões pelas quais os atributos de redes sociotécnicas podem colaborar para a emergência de condições favoráveis à dimanação de formas mediáticas do reconhecimento e, ao mesmo tempo, podem colocar em xeque a possibilidade dessa experiência intersubjetiva. A reflexão articula-se a partir das seguintes bases, de natureza conceitual e metodológica: [1] a epistemologia do reconhecimento desenvolvida por Honneth; [2] os princípios e as fun-

1. Este estudo origina-se de resultados iniciais de Pesquisa de Pós-Doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais/Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

2. Professora no Centro Universitário SENAC; membra do Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura (CENCIB), vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP; Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. angelapintor@terra.com.br.

cionalidades do Facebook, assumidos como *corpus* de referência; e [3] o procedimento adotado e discutido por Deleuze, de subtração de elementos de um objeto para a liberação de suas variações e de seus sentidos não dominantes. A relação entre essas bases levou ao afastamento do componente de sustentação do reconhecimento, a saber, a moralidade em Kant como esteio do respeito, e ao consequente deslocamento conceitual dessa experiência intersubjetiva, para sua admissão no contexto de redes sociotécnicas.

Palavras-chave: Redes sociotécnicas. Reconhecimento. Sociabilidade.

Abstract: This study examines the reasons whereby the attributes of socio-technical networks can contribute to the emergence of conditions favorable to the emergence of mediatic forms of recognition and that can, at the same time, jeopardize the possibility of this inter-subjective experience. The reflection is based on the following conceptual and methodological premises: [1] the epistemology of recognition developed by Honneth; [2] the principles and functionalities of Facebook, assumed as the reference *corpus*; and [3] the procedure, adopted and discussed by Deleuze, of the subtraction of elements of an object to release its variations and its non-dominant meanings. The relationship between these premises led to the removal of the component that underpins recognition, namely, the morality described in Kant as the mainstay of respect, and the consequent conceptual shift of this inter-subjective experience for its admission into the context of socio-technical networks.

Keywords: Socio-technical networks. Recognition. Sociability.

1 Construção do problema

Honneth é um dos principais autores na teoria social entre aqueles que se dedicam ao estudo do reconhecimento como experiência intersubjetiva própria de contextos democráticos e, consequentemente, de lutas sociais. Uma de suas

obras mais relevantes dedicadas ao tema conceitua o reconhecimento, sucintamente falando, como ação moral praticada entre indivíduos ou grupos sociais com vistas à aceitação do outro como portador de direitos e fonte de pretensões legítimas (Honneth, 2003). O autor aponta a existência de três principais esferas nas quais se processam, nas condições apontadas, lutas intersubjetivas por reconhecimento: a afetiva, a jurídica e a social (Honneth, 2003, p. 155-211).

Em outro trabalho, Honneth (2011, p. 165-181) desenvolveu uma epistemologia do reconhecimento baseada no princípio de visibilidade social e ancorada no conceito de respeito na filosofia moral de Kant. A visibilidade social de que trata Honneth corresponde à experiência de alguém ser tanto percebido quanto valorizado por outrem. Para ilustrar seu ponto de vista, o autor recorre à novela *Invisible man* (Ellison, 2001) como exemplo que consubstancia a diferença, fundamental, entre alguém ser visto (ou percebido por outrem em seu campo visual) e ser considerado como destino de atenção e consideração. A novela tem como cenário a sociedade norte-americana da década de 1950 e, neste contexto, as lutas provocadas pela segregação social e violência racial contra a população negra nos Estados Unidos. O personagem principal que motiva o título da obra está configurado como um negro que abre a narrativa declarando perceber a si próprio como um homem invisível. A razão disso é sua consciência de ser socialmente ignorado, situação que lhe causa sofrimento e o faz duvidar de sua própria existência. A miséria social do personagem é gestada, como ele mesmo explica, no modo como o olhar das pessoas está construído; elas olham para tudo ao redor dele, mas não direta e fixamente para ele, de maneira a não simbolizar a consideração de sua presença (Ellison, 2001, p. 3-4; Honneth, 2011, p. 165-166).

Com esse exemplo, Honneth destaca a diferença entre alguém ser percebido, porque o corpo comparece no campo visual de outrem, e ser apreciado ou reconhecido como fonte de pretensões legítimas, no sentido de o indivíduo (ou grupo social) ser admitido como válido em suas demandas. Somente nesta segunda situação estariam dadas as condições para o reconhecimento processar-se e, para isso, a ex-

periência intersubjetiva deveria, fundamentalmente, ser orientada pelo respeito, conforme conceituado por Kant. Para este filósofo, o respeito é um sentimento que se produz por meio da razão, separado, portanto, de outros sentimentos provenientes das inclinações sensíveis do sujeito (Kant, 2011, p. 33); o respeito corresponde à consciência da subordinação da vontade à lei como mandamento necessário em si, e dessa obediência resulta a representação de um valor que causa dano ao amor-próprio do sujeito (Kant, 2011, p. 33).[3] Honneth (2011, p. 176) interpretou essa definição como a necessidade de o sujeito renunciar a uma posição egocêntrica em uma relação, colocando-se mediante a alteridade de maneira descentrada. Nessas condições seria possível a incorporação do espírito do respeito para o consequente reconhecimento do outro como fonte de pretensões legítimas.

Nessa epistemologia, a visibilidade social não equivale ou não contempla, de maneira específica, a visibilidade em sua forma sociotécnica, isto é, elaborada no concurso entre corpo, subjetividade e tecnologia de comunicação. Trata-se, antes, da concepção de um valor, atribuído ou incorporado por indivíduos ou grupos sociais, que deve ser simbolizado

3. Essa definição enseja uma discussão que merece atenção, porém, não pode ser desenvolvida aqui. Na filosofia moral de Kant, o respeito é arrimo da moralidade como trabalho da razão pura prática – que se dedica aos princípios *a priori*, isto é, independentes da experiência – e está inscrito no âmbito da vontade pura, sinônima do bem supremo e ilimitadamente bom (Kant, 2011, p. 21). Ao interpretar a filosofia moral de Kant, Höffe (2005, p. 194) alerta para o fato de que "[...] o critério (metaético) da moralidade [...], o ser-bom ilimitado só se cumpre lá onde o correto moral não é realizado a partir de nenhuma outra razão que pelo fato de ele ser moralmente correto, lá, portanto, onde o próprio dever é querido e é como tal cumprido." Logo, em Kant, a moralidade *não pode ser observada na conduta dos indivíduos* (Höffe, 2005, p. 194). Em termos sucintos, a vinculação da epistemologia do reconhecimento ao conceito de respeito em Kant evidencia uma conjuntura articulada [1] pelo empenhamento da concepção do reconhecimento com um pensamento que admite a impossibilidade de simbolização da moralidade e, por consequência, do reconhecimento; e/ou [2] pela interpretação do respeito em Kant em sentido não literal quanto ao seu significado e contexto de origem, mas por associação de ideias ou por empréstimo conceitual, para o estabelecimento de um móbil que qualifique o reconhecimento como ação moral.

na função de princípio norteador das relações intersubjetivas em contextos democráticos. Nesse caso, a visibilidade social é condição de indivíduos ou grupos sociais e sua extensão ocorre na simbolização do ato de admitir o outro válido em suas pretensões como prova da veridicidade dessa ação. Em outras palavras, a própria simbolização precisa ser valorizada na sociabilidade para a concretização do reconhecimento.

Se visibilidade social e respeito constituem a circunstância sem a qual o reconhecimento não sobrevive concretamente, no sentido de ser verificável por meio de sua simbolização e, assim, parecer verossímil, as mediações que problematizam ainda mais a veridicidade da simbolização do valor do outro (quando se acredita que o simbolizado é capaz de guardar correspondência exata em relação a uma suposta univocidade da intenção de valorizar o outro) põem em dúvida a possibilidade de o reconhecimento ser experiência intersubjetiva possível em determinadas conjunturas. Esse problema abrange relações processadas em redes sociotécnicas, nas quais restam reunidos, confrontados, conciliados e baralhados estímulos gestados no encontro entre subjetividade e propriedades das redes sociotécnicas.

Pretender encontrar condições para a dimanação do reconhecimento nessas relações exige admitir, de partida e no mínimo, a dificuldade – se não a impossibilidade – de se alcançar a verdade dessa experiência intersubjetiva, materializada na suposta certeza sobre a vigência de seu fundamento, a saber, o respeito, tal qual definido por Kant e incorporado por Honneth à sua epistemologia. Esse embaraço decorre das seguintes razões:

[1] porque o respeito como sentimento ou ação da razão se produz no concurso de forças tais como as projeções de valores de época, a imaginação, a moral construída desde a socialização primária, as operações da percepção, as necessidades e as contingências com as quais sujeito e alteridade estão empenhados para que seja possível a vida social. Nesse caso, o respeito como valor não se situa mais no âmbito da razão pura prática teorizada por Kant, mas comparece como valoração do outro na empiria e volatilidade da sociabilidade cotidiana; e

[2] porque é necessário ao menos aventar a possibilidade de a visibilidade social, na função de requisito primordial para a concretização do reconhecimento, também se processar na sociabilidade mediatizada das redes sociotécnicas, uma vez que a vida social é, na atualidade, articulada pela relação entre corpo-mente, *media* (de massa e interativos) e tecnologias de informação e comunicação, configurando um *continuum* entre sociabilidade presencial e em redes sociotécnicas.

Essas considerações abrem a questão relativa às possíveis condições para a emergência de formas mediáticas do reconhecimento na extensão da vida cotidiana, especificamente na sociabilidade em redes sociotécnicas. O pensamento de base considera que o reconhecimento existe como potência, isto é, está disponível nas relações intersubjetivas que perfazem a vida social e se aglutinam em experiências moduladas por conjunturas e contextos – em relações entre parceiros sexuais, na família, no trabalho, na militância política, nas instituições de ensino e religiosas, nas relações de amizade etc. Nestes contextos, as relações intersubjetivas estão disseminadas tanto em ambientes presenciais quanto em redes sociotécnicas como dimensões conexas e formadoras de uma cultura mediática. O reconhecimento comparece nesse cenário como experiência constituinte do sujeito, na medida em que este se estatui com a colaboração inextricável do outro e do ambiente sociocultural, o que confere inevitabilidade a essa experiência intersubjetiva *também* na sociabilidade mediatizada.

A discussão que se põe a partir desse ponto de vista está alicerçada nos procedimentos especificados adiante.

[1] Por conveniência didática e necessidade de assentamento da reflexão em uma perspectiva que considerasse preceitos concretos de redes sociotécnicas, constituiu-se um *corpus* de referência com princípios e funcionalidades do Facebook no Brasil, um dos serviços tecnológicos para redes de sociabilidade mais utilizados no País (Brasil, 2014). A opção por esse *corpus* decorre da conjugação do interesse conceitual do presente estudo com a impraticabilidade de se extrair princípios a partir da empiria e da variabilidade das

redes sociotécnicas. A intenção, portanto, não é apontar o modo prático de o reconhecimento ocorrer ou não em uma rede sociotécnica específica, mas refletir sobre condições, favoráveis ou não, à emergência de formas de reconhecimento em contexto de sociabilidade mediatizada e, portanto, diverso e distante daquele em que essa experiência intersubjetiva foi originalmente pensada e conceituada.

[2] A reflexão orienta-se pela lógica da operação de subtração-constituição à qual Deleuze (2010, p. 25-64) se refere ao discutir o método de trabalho do dramaturgo, ator e cineasta italiano Carmelo Bene.[4] Segundo Deleuze (2010, p. 29-33), Bene extrai elementos estáveis de poder de uma peça para liberar seu devir e fazê-la percorrer caminhos imprevistos, para além de uma perspectiva normalizada e dominante. Com base nesse pensamento e na metodologia que lhe subjaz, optou-se pela eliminação do elemento fundante e de poder do reconhecimento, a saber, o respeito, para que fosse possível considerar a emergência de condições que dessem passagem a formas mediáticas dessa experiência intersubjetiva, resultantes de um plano sociotécnico de imanência da sociabilidade.

2 Condições para a emergência do reconhecimento em redes sociotécnicas

Ao sistematizarem a história dos sites de redes tecnologicamente mediadas, boyd e Ellison (2007) arrolaram uma série de funcionalidades que caracterizam esses espaços de sociabilidade como propositalmente disponíveis para promover a visibilidade do sujeito para uma rede de contatos ou "amigos". Essa rede pode combinar relações nascidas e cultivadas no mundo da sociabilidade presencial com relações

4. Conforme Abreu (2004), o procedimento de subtração-constituição foi objeto de reflexão ou foi adotado por Deleuze em outras obras tais como Kafka: por uma literatura menor e Francis Bacon: a lógica da sensação. Quando associado à filosofia da imanência, o procedimento também comparece em Diferença e repetição, Lógica do sentido, Mil platôs, Crítica e clínica entre outras obras de Deleuze.

originárias de contatos iniciados e mantidos exclusivamente no ambiente digital. Segundo as autoras (2007, p. 211), embora os sites de redes sociotécnicas tenham tipicidades não necessariamente coincidentes e nomeiem as propriedades de suas interfaces cada um à sua maneira, há características comuns entre eles no que diz respeito às possibilidades oferecidas aos seus participantes, a saber: [1] construir um perfil público ou semipúblico; [2] articular uma lista de usuários com os quais mantêm contatos; e [3] ver e cruzar sua lista de contatos para multiplicá-los. Essas características confirmam-se no Facebook, em termos operacionais e institucionais.

O Facebook é uma empresa de capital aberto que oferece serviços para redes sociotécnicas. Sua receita total no primeiro semestre de 2016 atingiu US$ 6,43 bilhões, resultado 59% superior ao obtido no mesmo período em 2015, e dos quais US$ 6,23 bilhões provêm da veiculação de publicidade (Facebook, 2016a).

O êxito da empresa é fruto do empenhamento administrativo-tecnológico com uma missão: "[...] to give people the power to share and make the world more open and connected. People use Facebook to stay connected with friends and family, to discover what's going on in the world, and to share and express what matters to them." (Facebook, 2016b). Em síntese, o Facebook tem como missão e negócio a própria sociabilidade que se torna possível na medida em que há suporte tecnológico. Para que o empreendimento progrida no tempo de maneira consistente, é necessário que os usuários incorporem atributos do serviço, abrangidos pelo trinômio formado por funcionalidades tecnológicas, desenvolvidas para otimizar resultados das conexões entre indivíduos e/ou entre estes e organizações (entre as quais estão anunciantes); regras dispostas no termo de serviço e na política de dados; e princípios da empresa. Estes últimos instituem, majoritariamente, *deveres* para os usuários, e parte deles está estritamente relacionada à sociabilidade nas formas de promoção das conexões e de institucionalização de condições para que os indivíduos e organizações "materializem seu aparecimento" em termos mediáticos. A explicitação desses deveres

pode ser observada adiante, em cinco dos dez princípios do Facebook.

Quadro 1: Princípios do Facebook

Liberdade para compartilhar e se conectar	As pessoas devem ter a liberdade de compartilhar as informações que desejarem, de qualquer maneira e em qualquer formato, e têm o direito de se conectar a qualquer um – qualquer pessoa, organização ou serviço – desde que ambos estejam de acordo com a conexão.
Fluxo livre de informações	As pessoas devem ter a liberdade de acessar todas as informações disponibilizadas a elas por outras pessoas. Além disso, as pessoas devem ter as ferramentas práticas para facilitar, agilizar e otimizar o compartilhamento e acesso a essas informações.
Valor social	As pessoas devem ter a liberdade de construir confiança e reputação por meio de sua identidade e suas conexões, e de não serem removidos do serviço do Facebook por outras razões além das descritas na Declaração de direitos e responsabilidades do Facebook.
Serviço fundamental	As pessoas devem usar o Facebook para estabelecer sua presença, se conectar com outros e compartilhar informações. Todas as pessoas têm o direito de usar o serviço do Facebook independentemente de seu nível de participação ou contribuição.
Um mundo	O serviço do Facebook deve ultrapassar barreiras geográficas e nacionais e ser disponibilizado a todas as pessoas do mundo.

Fonte: Facebook (2016c)

Esses princípios efetivam-se para os usuários em funcionalidades fomentadoras da sociabilidade tais como "Encontrar amigos", "Solicitações de amizade", "Solicitações de mensagem" e possibilidades de "curtir", "comentar" e "compartilhar" conteúdos. A conjugação dos princípios do Facebook com essas funcionalidades sumariza-se na máxima do *dever de liberdade*. Este qualifica as conexões entre usuários e, por meio destas, supostamente lastreia a construção de "confiança e reputação" como efeitos do exercício da identidade. Esse mesmo dever de liberdade está implícito nas se-

guintes determinações: [1] a indispensabilidade do Facebook para a concretização da "presença" dos indivíduos em conjuntura sociotécnica – similar ao aparecimento de corpo-subjetividade em forma mediática –, subordinando a existência do sujeito à sua exposição e visibilidade sociotécnica; e [2] a permutabilidade entre a "presença" mediática do indivíduo e o projeto do Facebook de ser articulador da vida social em condições espaçotemporais para além dos limites tradicionais; isto é, se o Facebook se pretende indispensável para que a "presença" dos indivíduos se faça em ambiente sociotécnico, e se o serviço da empresa ambiciona ser onipresente para a sociabilidade no mundo, a aparição mediática dos usuários, para além de fronteiras territoriais e culturais, acompanha a materialização das intenções do Facebook.

No contexto de sociabilidade originário da relação entre subjetividade e capital, como é o caso em discussão, dever de liberdade guarda estreita vizinhança com o axioma do pensamento liberal, expresso no ideal de liberdade assimilado à condição negativa do sujeito quanto à sua dependência e abertura a outrem. Segundo Petit (2013, p. 617), essa liberdade correspondente à condição de alguém "[...] ser livre da ingerência do outro na busca de atividades que se é capaz, em uma dada cultura, de exercer sem a ajuda do outro." Tal maneira de ser livre pressupõe desimpedimento absoluto "[...] para pensar o que se quer, de dizer o que se pensa, de ir aonde se quer, de se associar com quem quer que esteja disposto a fazê-lo, e assim por diante no que se refere a todas as liberdades tradicionais." Isso significa, em termos ideais e práticos, desembaraço entre sujeito e outro, considerado fonte não de pretensões legítimas, mas de demandas que, em geral, constrangem ou, na melhor hipótese, exigem alguma restrição ou comedimento na expressão desimpedida de corpo-subjetividade.

Esse ideal de liberdade condensa-se nas conexões entre usuários, nas formas de mobilidade e reciclagem das relações, que tanto favorecem quanto problematizam o reconhecimento como experiência intersubjetiva nesse ambiente de sociabilidade. Quanto mais aparelhado estiver o corpo-subjetividade para se conectar com outrem, e quanto mais

livre estiver para decidir buscar, manter, rejeitar ou ignorar uma conexão – o que equivale a simbolizar a aceitação ou o rechaço do outro –, mais admissível será a concretização de experiências intersubjetivas, entre as quais se incluem o reconhecimento. No entanto, a lógica da mobilidade e reciclagem das conexões igualmente colabora para a impossibilidade do reconhecimento ao desobrigar a relação entre sujeito e outro, uma vez que pressupõe, de partida e como regra, a mutabilidade das conexões na função de recurso disponível para a não conservação das relações. Vale dizer que sujeito e outro, quando estabelecem conexão nessa rede sociotécnica (o Facebook), interagem, também, sem que isso seja explícito ou visível, com um conjunto formado por funcionalidades sociotécnicas, princípios e ideal de liberdade, no qual está embutido, como regra, o desembaraço mútuo.

O imperativo da mobilidade-reciclagem que rege as conexões situa essa forma de sociabilidade na lógica do dispêndio incondicional, fenômeno constituído, segundo Bataille (2013, p. 19-40), por atividades improdutivas de uma sociedade, que fazem sentido pela perda excessiva de recursos de toda ordem que provocam. O giro contínuo e livre de conexões constrói um ambiente superabundante em contatos entre subjetividades e, concomitantemente, alimenta a saturação da sociabilidade – seu excesso, extravasamento, redundância e desperdício. De certo modo, essa prodigalidade potencializa a ocorrência de conexões e a visibilidade sociotécnica como condições para o reconhecimento converter-se em ato nas relações intersubjetivas. Porém, de outro ponto de vista, pode cooperar para o ocultamento do outro e para a indiferença em relação a ele, motivados pela saturação do campo perceptivo.

O dever de liberdade no contexto em questão encerra ainda um paradoxo. No sentido de obrigação para com a lei, o dever constitui condições, expressas em normas instituídas pelo Facebook (termos do serviço, política de uso de dados e princípios), nas quais estão circunscritas as ações do sujeito (sem que ele, necessariamente, se dê conta disso). Essas normas cumprem dupla função: metaforicamente, equivalem à lei para a sociabilidade processada nesse ambiente socio-

técnico, e operam como espelho da subjetividade elaborada na cultura mediática. Em outras palavras, o dever para com a lei, configurada na relação entre normas e funcionalidades tecnológicas promotoras da sociabilidade, comparece como obrigação do sujeito para vivenciar o que lhe é próprio: a imaginação, o desejo, a sociabilidade e a expressividade (por meio de linguagem verbal e imagens) como mandamentos. Estas forças são emuladas pela tecnologia de comunicação na forma de funcionalidades sociotécnicas e oferecidas como serviço com o qual interagem a imaginação (de si e do outro), o desejo de sociabilidade e a vocação da subjetividade à expressividade e à simbolização.

Outros três fatores unem-se a essa configuração sociotécnica, problematizando e favorecendo condições para experiências de reconhecimento em ambientes como o Facebook. Um desses fatores é o processamento da sociabilidade em regime 24/7 (24 horas por sete dias da semana), concebido por Crary (2014) como esquema de operação de corpo-subjetividade no capitalismo tecnológico, do qual o Facebook é parte; seus princípios, sua missão e seus resultados atestam isso. O regime 24/7 converteu-se em imperativo sociocultural que se torna possível com a "alucinação da presença" (Crary, 2014, p. 39), forjada na relação entre dispositivos tecnológicos e corpo-subjetividade, para que seja possível a elaboração de respostas às demandas ininterruptas gestadas nas relações de trabalho, no consumo, no entretenimento e na sociabilidade. A "alucinação da presença" traduz-se em reprodução contínua e sem descanso de expressões verbais e imagéticas de corpo-subjetividade em suporte tecnológico. O segundo fator é a economia da atenção provocada pela emergência do poder do *software* (Bucher, 2012a) na sociabilidade processada em redes sociotécnicas e, em especial, no Facebook. O que está em questão é a colaboração dos algoritmos – regras para captura, processamento e distribuição de dados em ambientes tecnológicos de alta complexidade – para a modulação da sociabilidade. Conforme Napoli (2014), esses objetos tecnológicos participam das relações intersubjetivas interpretando preferências e recomendações de conteúdos entre usuários, e retroalimentando-os com conteúdo

classificado como valorizado. Ao cumprirem essa tarefa, os algoritmos modelam a atenção (Bucher, 2012b) e contribuem para a conversão da sociabilidade em negócio. O terceiro fator está na função da imagem tecnológica na catalisação da sociabilidade no Facebook. Como afirma Flusser (2010, p. 16-17), juntamente com a subjetividade, as imagens e os objetos (tecnológicos) constituem circunstâncias, abstratas e imaginadas, nas quais se elaboram as experiências intersubjetivas. Nessas condições, a imagem como "superfície imaginada" (Flusser, 2010, p. 15) é lugar, expressão e destino de processamento do desejo do sujeito de ser reconhecido pelo desejo do outro.

O dever de liberdade, acompanhado dos objetos que o constituem – as conexões e o enlace que estas favorecem entre subjetividade e funcionalidades sociotécnicas –, produzem condições para a emergência de formas de um reconhecimento de caráter liberal. A especialidade e a motivação dessas formas de experiência intersubjetiva não se sustentam no espírito moral do respeito, mas no livre fluxo de conexões, do qual a visibilidade sociotécnica é parte indispensável. Esse ambiente perfaz uma conjuntura frágil, no que se refere à sua capacidade de viabilizar uma prova da verdade do reconhecimento, na medida em que oferece recursos que incentivam a criação de perfis falsos, protegem a mentira e tornam praticável a liberdade negativa nos termos explicados por Petit (2013, p. 617). Entretanto, ao mesmo tempo em que se afasta a possibilidade de considerar factível o reconhecimento na sociabilidade em discussão, persiste a necessidade de pensar condições para essa experiência em redes sociotécnicas. A razão disso é que esse ambiente é espaço privilegiado de relações intersubjetivas nas quais vigem expectativas por reconhecimento, incentivadas pela existência e vocação dessas redes. O próprio nome "Facebook" simboliza um regime de puro oferecimento de corpo-subjetividade ao outro, inscrito em lógica liberal-mediática.

Nessa circunstância, conceber condições possíveis para o reconhecimento em ambiente inóspito a ele, quando consideradas as exigências da epistemologia aqui adotada, implica buscar novos contornos para um modo de relação

percebida como constituinte de fenômenos sociomediáticos. Um caminho para esse trabalho interpretativo condensa-se no procedimento de subtração do elemento invariante de um objeto para que este se desloque e se abra a outras significações. Essa operação foi discutida por Deleuze (2010, p. 25-64) em reflexão sobre o trabalho do dramaturgo, ator e cineasta italiano Carmelo Bene. De maneira sinônima à discussão de Deleuze (2010, p. 41-42) sobre o que resta de um objeto quando dele são retirados elementos de poder, coloca-se aqui em questão o que permanece do reconhecimento, para o contexto das redes sociotécnicas, quando dessa experiência é extraído seu elemento de poder, isto é, o respeito na forma de moralidade, que institucionaliza e normaliza o conceito, prevendo ordem à experiência a ele associada. Excluído o respeito como seu elemento constituinte, o reconhecimento libera-se do crivo da moralidade e de sua exigência para com uma verdade do sujeito, para ser entendido no campo da visibilidade sociotécnica, engendrada no manancial de conexões e no extravasamento de manifestações de corpo-subjetividade.

Esse modo de ser da sociabilidade, à maneira de um liame construído por conexões (ao acaso ou previstas) entre subjetividades, funcionalidades sociotécnicas e normas do ambiente tecnológico, precipita-se em duas frentes de ação: [1] em persistência das conexões, que se conservam em operação ao infinito, e, assim, mantêm a atividade contínua das redes sociotécnicas em ambientes como o Facebook; e [2] em visibilidade sociotécnica como atributo do modo de ser em conexão com outrem. Na correlação entre essas duas frentes, há trabalho das relações intersubjetivas para permanecerem em devir, movimento no qual se inscrevem o outro, as funcionalidades sociotécnicas das redes e, consequentemente, o reconhecimento como possibilidade. Em outras palavras, o devir das relações intersubjetivas persevera nas conexões e nas funcionalidades sociotécnicas das redes, e ambas engendram seu sentido no fenômeno da visibilidade sociotécnica. Esta condição de base das redes sociotécnicas é o fluido da liberdade negativa, no qual se elaboram as relações nessas redes. Independentemente do julgamento que

se possa fazer dessa configuração, trata-se de um modo de expressão da lógica da vida, conforme concebida por Spinoza e Deleuze.

Em Spinoza (2015, p. 237, grifo do autor), vida é a "[...] *força pela qual as coisas perseveram em seu ser* [...]", definição que, segundo Agamben (2000, p. 188), está ligada ao pensamento de Deleuze (1994, p. 8) na medida em que este define vida como "[...] plano de imanência do desejo". Agamben (2000, p. 189) explica a equivalência entre as duas lógicas e, especificamente, a relação entre vida, imanência e desejo, a partir do significado dos termos gregos *trepho* e *trephein* ("nutrir, fazer crescer, coagular"), conforme exposto adiante:

> Deixar que um ser alcance o estado a que tende, deixar-se ser: se é este o significado original de *trepho*, então a potência que constitui a vida em sentido primordial (o nutrir a si) coincide com o desejo de conservar o próprio ser que define a potência da vida como imanência absoluta em Espinosa e Deleuze (Agamben, 2000, p. 189, grifo do autor).

A coincidência entre vida e desejo de conservar o próprio ser é cingida por Deleuze (2002, p. 103-110) com a interpretação do termo *conatus* em Spinoza (2013, p. 175), traduzido pela potência ou pelo esforço por meio do qual algo persevera em seu ser para preservar-se em seu modo de existência. Segundo Deleuze,

> [...] o *conatus* define o *direito* do modo existente. Tudo aquilo que eu sou determinado *a* fazer para perseverar na existência (destruir o que convém, o que me é nocivo, conservar o que me é útil ou convém) *por* afecções dadas (idéias de objetos), *sob* afetos determinados (alegria e tristeza, amor e ódio...), tudo isso é meu direito por natureza. Este direito é rigorosamente idêntico à minha potência e é independente de toda ordem de fins, de toda consideração de deveres, visto que o *conatus* é fundamento primeiro, *primum*

> *movens*, causa eficiente e não final (2002, p. 107-108, grifos do autor).

Deleuze continua sua interpretação afirmando que o direito do modo existente não é contrário às lutas e às manifestações de ódio, significando que esse direito incorpora desde a beneficência mais construtiva à malignidade mais destrutiva. Esse direito, do qual é indissociável o modo existente, realiza-se no corpo. Este, com suas afecções e seus afetos – suas subjetivações –, independentemente de quais sejam essas e esses, tende a perseverar constituindo um modo existente que se diferencia e se realiza em singularidade e em ato (Deleuze, 2002, p. 108). A diversidade de modos existentes e de seu êxito está nas condições em que o ato se efetiva, nas quais o modo existente procurará usar todos os recursos de que dispõe para prosseguir existindo no tempo, conforme explica Deleuze:

> Podemos conceber um modo existente que se esforça por perseverar na existência, segundo o seu direito de natureza, ao acaso de seus encontros com os outros modos, ao capricho das afecções e dos afetos que o determinam do exterior: esforça-se então por aumentar a sua potência de agir, ou seja, por experimentar paixões alegres, mesmo que seja destruindo o que o ameaça [...]. Não só estas alegrias da destruição estão envenenadas pela tristeza e pelo ódio de que procedem [...], mas o acaso dos encontros faz com que corramos sem cessar o risco de encontrar algo mais potente do que nós que nos destruirá [...] e, mesmo nos casos mais favoráveis, encontremos os outros modos sob aspectos discordantes e hostis [...]. Eis por que o esforço para perseverar, aumentar a potência de agir, experimentar paixões alegres, elevar ao máximo o poder de ser afetado, por mais que sempre se efetue, só se logra na medida em que o homem se esforça por organizar seus encontros: isto é, entre os outros modos, se esforça por encontrar aqueles que convêm

> com a sua natureza e se compõe com ele, e por encontrá-los sob os mesmos aspectos em que se convêm e compõem. Ora, é este o esforço da Cidade, e, de uma maneira ainda mais profunda, o da Razão: tal esforço conduz o homem não só a aumentar a sua potência de agir, o que ainda é do domínio da paixão, mas igualmente a entrar na posse formal dessa potência e a experimentar alegrias ativas que decorram das idéias adequadas que a Razão forma (Deleuze, 2002, p. 108).

Se o modo de perseverar na existência se esforça por constituir relações de identidade, não importa se animadas por paixões alegres ou pelo ódio, que se aglutinam constituindo formações tais como a cidade ou a razão, o modo de perseverar na existência provoca, igualmente, a sociabilidade e, por derivação, a formação de redes sociotécnicas como manifestações em ato da vida no plano de imanência (Deleuze, 1992, p. 51-79).

Essas reflexões são uma tela interpretativa através da qual as redes sociotécnicas aparecem como formações autogeradas pela coagulação de modos de perseverar em ato. Os modos existentes nesse contexto esforçam-se para aumentar sua potência de agir nutrindo-se com afeções e afetos gerados nas relações intersubjetivas dadas nas conexões, tanto ao acaso quanto organizadas. As fontes de sustento desses modos existentes e das próprias redes são as conexões, a visibilidade sociotécnica – configurada no encontro de esforços para perseverar, incorporados por sujeito e outrem – e o reconhecimento na função de alimento disponível para a nutrição e conservação dos modos existentes; essa experiência intersubjetiva insere-se no exercício do *conatus*, um direito do modo existente idêntico à sua potência de existir em ato (Deleuze, 2002, p. 107). Por essa via, o reconhecimento transforma-se em acolhimento da imanência do modo existente, isto é, de seu direito de existir devindo.

Esse enfoque, aberto a partir da supressão do eixo moral do reconhecimento, requalifica tanto essa experiência intersubjetiva quanto as próprias redes sociotécnicas, permi-

tindo que ambas sejam compreendidas nos limites da teoria da potência, desenvolvida na relação entre os pensamentos de Deleuze e de Spinoza, em contraste com a abordagem sustentada em uma teoria dos deveres. Isso não quer dizer que essas redes e o reconhecimento estejam livres da perspectiva da moralidade, assim como também não estão isentos de uma interpretação liberal. A partir dos pensamentos de Deleuze e Spinoza sobre o *conatus* e a vida, a moralidade e a lógica liberal também podem ser consideradas modos existentes na forma de atributos incorporados na relação entre sujeito e outrem, que se precipitam em ato na sociabilidade e na experiência intersubjetiva em questão. Esses modos existentes, em alguma medida e de certo modo, vigem na subjetividade, sem que sejam, sempre e necessariamente, tematizados nas relações em redes sociotécnicas e assumidos como motivação para possíveis atos de reconhecimento.

A lógica dessas redes, ancorada no trinômio constituído por conexões, visibilidade sociotécnica e funcionalidades tecnológicas, pode ser um dos elementos provocadores da variação contínua de formas não convencionais do reconhecimento na vida social. Essas novas formas jorram da incorporação e apropriação livre de condições sociotécnicas, extravasando a configuração canônica do reconhecimento, colocando-a para fora de seu conceito tradicional. Formas em devir do reconhecimento podem não se reportar mais à sua epistemologia de origem, estando livres para novos conceitos que as tipifiquem. E esses novos conceitos serão continuamente tensionados pelo transbordamento da vida da sociabilidade e por sua modificação contínua.

Referências

ABREU, O. 2004. O procedimento da imanência em Deleuze. *Alceu*, **5**(9): 87-104.

AGAMBEN, G. 2000. A imanência absoluta. *In*: ALLIEZ, E. (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo, Ed. 34, p. 169-192.

BATAILLE, G. 2013. *A parte maldita, precedida de "A noção de dispêndio"*. Belo Horizonte, Autêntica, 168 p.

BOYD, d.; ELISSON, N. 2007. Social network sites: definition, history and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, **13**(1): 210-230.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. 2014. *Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília, 153 p.

BUCHER, T. 2012a. A technicity of attention: how software 'makes sense'. *Culture Machine*, **13**(2012): 1-23.

_____. 2012b. Want to be on the top? Algorithmic power and the threat os invisibility on Facebook. *New Media and Society*, **14**(7): 1.164-1.180.

CRARY, J. 2014. *Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo, Cosac Naify, 144 p.

DELEUZE, G. 1992. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro, Ed. 34, 272 p.

_____. 1994. Desejo e prazer. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art06.pdf>. Acesso em: 9/8/2016.

_____. 2002. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo, Escuta, 144 p.

_____. 2010. *Sobre teatro*: *um manifesto de menos; o esgotado*. Rio de Janeiro, Zahar, 112 p.

ELLISON, R. 2001. *Invisible man*. London, Penguin Books, 582 p.

FACEBOOK. 2016a. *Facebook reports second quarter 2016 results*. Disponível em: <https://s21.q4cdn.com/399680738/files/doc_financials/2016/Facebook-Reports-Second-Quarter-2016-Results.pdf>. Acesso em: 2/8/2016.

_____. 2016b. *Our mission*. Disponível em: <http://newsroom.fb.com/company-info/>. Acesso em: 2/8/2016.

_____. 2016c. *Princípios do Facebook*. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/principles.php>. Acesso em: 6/8/2016.

FLUSSER, V. 2010. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo, Annablume, 150 p.

HÖFFE, O. 2005. *Immanuel Kant*. São Paulo, Martins Fontes, 382 p.

HONNETH, A. 2003. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Ed. 34, 296 p.

_____. 2011. *La sociedad del desprecio*. Madrid, Trotta, 240 p.

KANT, I. 2011. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa, Ed. 70, 136 p.

NAPOLI, P. 2014. Automated media: an institutional theory perspective on algorithm media production and consumption. *Communication Theory*, **24**(3): 340-360.

PETIT, P. 2013. Liberalismo. *In*: CANTO-SPERBER, M. (Org.). *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo, Unisinos, p. 616-621.

SPINOZA, B. 2013. Ética. Belo Horizonte, Autêntica, 240 p.

_____. 2015. *Princípios de filosofia cartesiana e pensamentos metafísicos*. Belo Horizonte, Autêntica, 320 p.